

Falta de investimento causa demissões no Setor Elétrico

A falta de investimento no Setor Elétrico está repercutindo violentamente na ELETROSUL. Pelo menos duas obras estão quase paralisadas, causando demissões em massa nas empreiteiras.

Na usina Jorge Lacerda, na semana passada, 150 operários das empreiteiras Ivai, Zeta e Tenenge foram demitidos, havendo possibilidade de ocorrerem mais 250 dispensas. Nas obras da usina termelétrica de Jacuí (RS), 600 operários foram demitidos na última quinta-feira, dia 30/11. Em Jacuí as demissões atingiram um terço do total de trabalhadores, e há possibilidade de paralisação total da obra, o que acarretará a demissão de todos os operários.

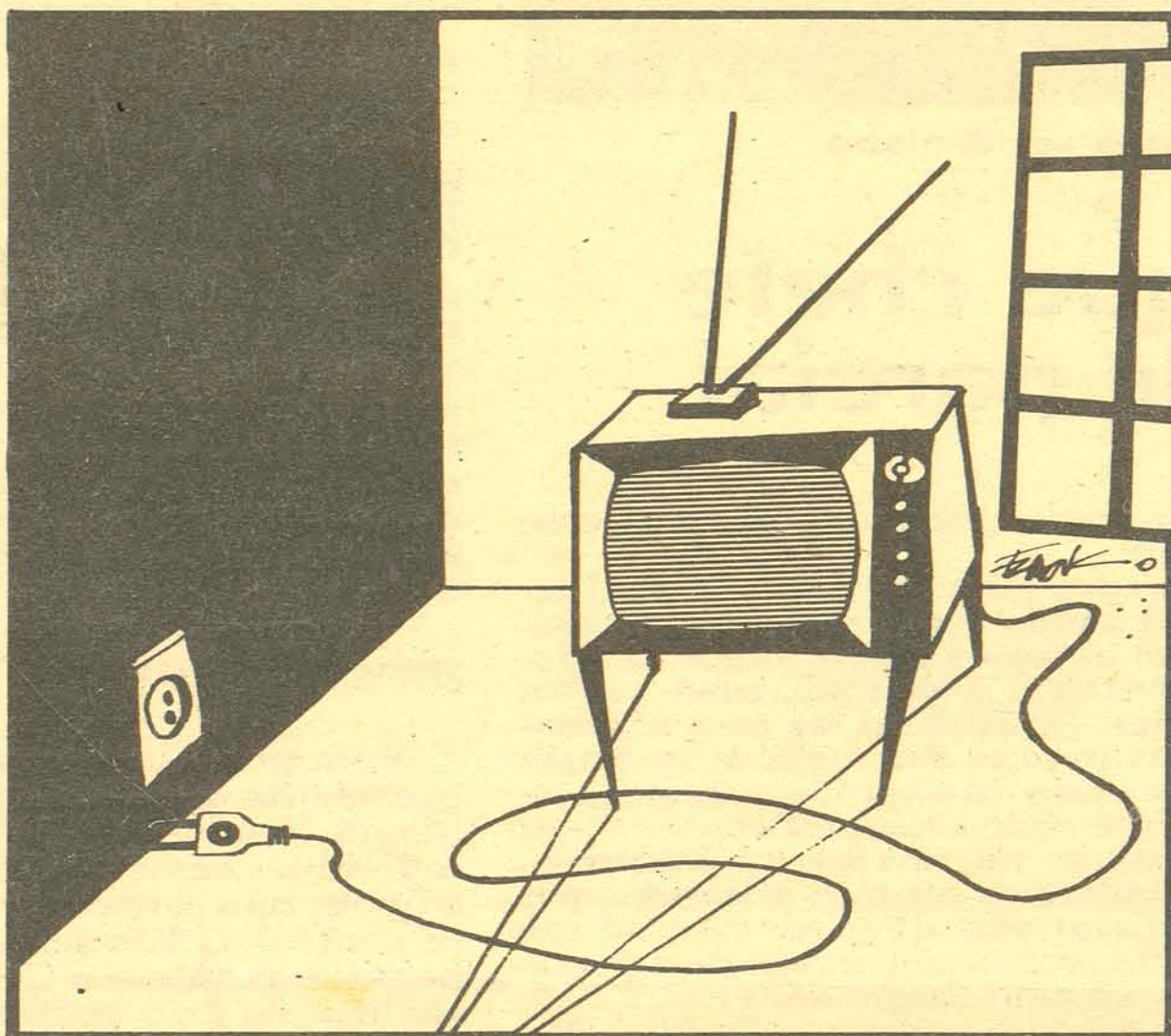
Só relativa à Jacuí, há uma dívida da ELETROSUL de 30 milhões de dólares, que se não for saldada em curto prazo pode determinar a interrupção das obras.

EXEMPLO

Na contrapartida desta situação, a ELETROBRÁS continua fornecendo subsídios inexplicáveis a indústrias privadas. Como já divulgamos neste jornal, indústrias ligadas a projetos de alumínio foram agraciadas com cerca de 1,1 bilhão de dólares em subsídio de energia. Isso sem falar na defasagem tarifária, especialmente relativa aos grandes consumidores (indústrias).

Este verdadeiro sucateamento do Setor Elétrico é mais um resultado da política nefasta que o governo tem para as empresas estatais. A falta de investimentos é um sintoma característico da existência de um projeto de privatização.

Não é admissível que um país como o Brasil deixe de investir em setores estratégicos como



energia, transportes, telecomunicações, etc... Tal negligência — nada casual — abre a possibilidade para que o capital estrangeiro tome conta destes setores. Não se trata apenas de discutir o desempenho do Setor, é a soberania nacional que está em questão.

Documento comprova perseguição a empregados dentro da CELESC

Um documento assinado pela Chefe do Departamento de Recursos Humanos da CELESC em exercício, Marilise Krueger da Silva, denuncia a perseguição da CELESC aos empregados que têm reclamatória na Justiça do Trabalho. Segundo o texto (veja fac-símile) "os empregados que apresentaram reclamatória junto a Delegacia Regional do Trabalho a partir de 16/03/87, enquanto permanecerem na condição de reclamantes, terão o seu percentual por mérito suspenso".

A Justiça do Trabalho já repudiou esta atitude da CELESC, condenando-a a pagar todas as diferenças salariais, retroativamente, em dobro a um empregado que foi vitimado por esta discriminação. A 3ª Junta de Conciliação e Julgamento de Florianópolis considerou a atitude da CELESC passível de ação criminal, uma vez que afronta o Poder Judiciário, caracteriza coação no curso de um processo judicial e desrespeita o direito constitucional do empregado reclamar em juízo.

Este documento do DPRH comprova a atitude da CELESC e, certamente, vai ser uma peça importante para aprovar na Justiça a perseguição aos empregados que foi desencadeada pela "gestão participativa".

Sertão do Imaruá e Desconto em pauta

No fim da manhã de sexta-feira, dia 1º, a direção do Sindicato de Florianópolis e da APROSUL estiveram reunidos com o presidente da ELETROSUL. Na ocasião o presidente afirmou que os problemas existentes na área do DMS, ou mais especificamente no Sertão, seriam resolvidos até o dia 4 e que será ressarcido no pagamento dos salários de dezembro, tudo o que foi descontado a mais de imposto de renda em novembro.



Da contenda entre "o Sapo Barbudo" e o "Pinóquio das Alagoas"

Delman Sérgio Ferreira
1º Secretário da CUT Nacional e
Vice-pres. Sind. Eletricitários Fpolis

Eleição é coisa séria, não uma trama de folhetim. Mas tem gente que fica apenas na torcida, como se a decisão não estivesse em suas mãos.

Todos queremos um país moderno, desenvolvido. Lula e Collor, em seus discursos, afirmam que vão levar o Brasil a esta modernidade. No debate de domingo, as manifestações finais seguiram a mesma linha, inclusive, coincidindo em muitas expressões e intenções.

Oh! Dilema! O que distinguirá os dois? Quem escolher? Óbvio que este dilema não existe. Vamos pegar pela Sinceridade.

No "sapo barbudo", não temos apenas um indivíduo prometendo um reino encantado, querendo transformar-se em príncipe com o beijo das urnas. Temos um movimento social que se constrói através dos anos, transformando-se e impondo transformações, que não se dobra ao autoritarismo e não desistirá enquanto não formos um país que se orgulhe de seu povo e que não admita viver de outra forma que não seja Democracia e Liberdade.

Vejam a sinceridade do "Príncipe dos Marajás". Quem forma seu séquito? Será que homens e interesses que nos impuseram os anos de ditadura, que se aproveitaram da Arena, PDS, Nova República vão transformar alguma coisa? Pior, o "Príncipe" recebe apoio do que existe de mais podre na vida do país, já em decomposição, e "envergonhado e enrubescido", nega este apoio. Mente descaradamente. Será possível acreditar que de mentiras, de uma estrutura completamente aética e amoral poderá construir uma sociedade justa? Vejamos aqui, perto de nós. Quem apóia o "príncipe"? De que lado estavam quando lutamos por moralização nas empresas? Que interesses ditavam suas ações? Que interesses ditarão suas ações?

Vamos escolher entre o cinismo do velho travestido de novo ou Novo que vai se construindo por quem acredita em si mesmo. Pode-se votar em quem propõe governar discutindo com as diversas instâncias representativas da sociedade. Governar discutindo a diversidade com os setores da sociedade, como Partidos Políticos, Empresários, Trabalhadores. É construindo uma sociedade forte, com representantes legítimos, não cartoriais, que conseguiremos um povo amadurecido, conhecedor de seus direitos e deveres. Um povo que revogue definitivamente a "Lei do Gerson".

A hora é agora. Sempre se disse que um governo dos trabalhadores era coisa de futuro. Dezoito de dezembro de 1989. Poderíamos dizer que o futuro está em nossas mãos?



CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA S. A.
Ca. P. 480 — Telêgr.: "CELESC" — Fone: 22-3933 — Telex (0489) 149/480 — Florianópolis
Rua Felipe Schmidt, 67 — Incrição no CGCME Nº. 83.878.892/0001-55 — Incrição Estadual Nº. 260.166.321

Florianópolis,

A
Agência da Celesc

Nº Ref.: CDPF

Senhor Administrador,

Aumento por Mérito.

Estamos encaminhando para conhecimento e orientação, listagem com os percentuais atribuídos aos empregados que, de acordo com o resultado da Avaliação de Desempenho fizeram jus ao Aumento por Mérito, conforme Deliberação nº 24/89.

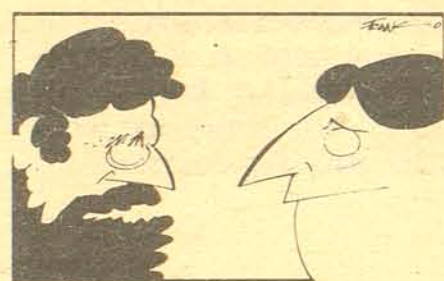
Os empregados que apresentaram reclamatória junto a Delegacia Regional do Trabalho a partir de 16.03.87, enquanto permanecerem na condição de reclamantes, terão seu percentual de Mérito suspenso.

As solicitações de alterações que não feriram os incisos básicos da Normativa, ou seja - 5.1.1, 5.3.2 e 5.3.4 puderam ser atendidas colocando-nos a disposição para eventuais esclarecimentos, somos.

Atenciosamente,

Marilise Krueger da Silva
Chefe do Deptº de Recursos Humanos
- em exercício -

Centrais sindicais tomam posição sobre a sucessão



A pesquisa realizada pela Senhor/Toledo & Associados no fim de novembro, indica que ainda existem 9,6% de indecisos

(através da simulação de voto). Estar em dúvida entre as duas candidaturas colocadas é um luxo que poucos conseguem se dar, a esta altura do pleito. As duas centrais trabalhistas, cada uma a seu modo, passaram por processos que definiram posições,



Magri que ser Ministro

Boatos dizem que chefe acusa Justiça de parcial

Comenta-se na CELESC que o Diretor Adjunto Regional CREDFLO, Misael Mendes da Silva, anda fazendo afirmações muito sérias com relação ao direito dos empregados fazerem reclamações trabalhistas, bem como à própria Justiça do Trabalho.

Segundo os comentários, Misael teria dito que os empregados que desejassem entrar na Justiça contra a Empresa deveriam discutir o assunto com as suas chefias e esgotar todos os trâmites dentro da hierarquia interna, caso contrário seriam demitidos. Ora, tal afirmação seria uma violência contra o direito constitucional que todos os trabalhadores têm de reivindicar judicialmente, além de uma tentativa explícita de confundir os trabalhadores.

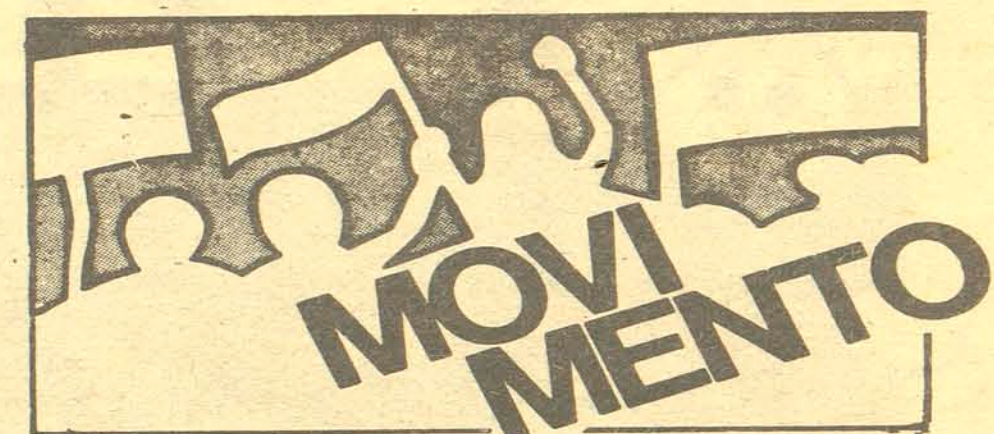
Outra afirmação que teria sido feita daria conta de que a Justiça do Trabalho seria contra a CELESC e que estava dando ganho de causa sempre para os empregados, independente de terem razão ou não. Se houve realmente esta afirmativa, como dizem os boatos, estaríamos diante de uma acusação seríssima ao Poder Judiciário, que pode-

ria repercutir inclusive em processo criminal.

A terceira afirmação que Misael teria feito, ainda conforme comentários, é de que as ações trabalhistas não seriam contra a CELESC, mas contra as chefias. Se alguém fez esta afirmação, certamente foi alguém que não entende nada do assunto, pois um empregado só pode reclamar contra o seu empregador, que no caso é a Empresa. Se as chefias se sentem atingidas por estas iniciativas, deve ser porque são coniventes com a sonegação de direitos promovida pela Empresa.

Além disso, conforme os boatos, Misael teria afirmado que quando um empregado tem um direito reconhecido pela Justiça, este direito seria imediatamente repassado aos demais trabalhadores da Empresa. Se ele realmente disse isso, errou. As ações em questão são individuais, e não têm seu efeito estendido ao resto da categoria.

Se os boatos forem verdadeiros, estaremos diante de uma lamentável tentativa de confundir os celesquianos, espalhando informações não verdadeiras que também teriam o objetivo de amedrontar.



A TV que não se vê

Os jornalistas de Santa Catarina estão protestando contra o autoritarismo da RBS — que chamam de Rede dos Baixos Salários —, por ela ter simplesmente “esquecido” um Acordo Coletivo. A RBS ignora diversas cláusulas, especialmente econômicas, e impõe dificuldades para o trabalho do Sindicato dos Jornalistas dentro da Empresa. Uma das maiores polêmicas diz respeito aos empregados de rádios e TV que a RBS teima em não reconhecer como jornalistas, apesar de terem registro profissional.

DNER

Os trabalhadores do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem — DNER — continuam em greve. Eles estão em uma caminhada que já passou pelo primeiro turno das eleições, vai passar, ao que tudo indica, pelo segundo turno e quem sabe por onde mais... O governo não aponta nenhuma possibilidade de superar o impasse causado pela falta de verbas para o Departamento, pelos baixos salários e pelas más condições das rodovias.

Desmentido

O Sindicato de Florianópolis recebeu diversas denúncias de que o empregado João Roberto Ramalho Calleja, não sindicalizado nesta entidade, andava afirmando que o desconto da reversão sindical, previsto no acordo 89/90, seria utilizado para a campanha eleitoral do PT. Calleja foi chamado a participar de uma reunião com a diretoria do Sindicato no dia 27: foi indagado sobre a veracidade dos fatos e convidado a averiguar a contabilidade da entidade. Ele negou categoricamente que houvesse feito tal acusação. Caso Calleja confirmasse as denúncias, o Sindicato entraria com uma ação na justiça.

Sai acordo com a COELCE

Desde o dia 24, as negociações com a COELCE haviam chegado no seguinte impasse: os empregados encerraram uma paralisação de seis dias diante da promessa da retomada das negociações, a greve acabou mas as propostas não apareceram. O presidente da Empresa se negava a pagar o IPC integral, a conceder a garantia no emprego e a manter a liberação de seis dirigentes sindicais. Diante disso, o Comando Nacional dos Eletricistas entrevistou no processo, obteve uma audiência com o governador do Ceará, Tasso Geresatti, e fechou acordo com a COELCE, depois de treze horas de negociações e um período de dois anos em que não se conseguia chegar ao acordo com a Empresa.

Ao iniciar as conversações com o governo, o Comando Nacional descobriu que a comissão de negociação da COELCE estava repassando informações distorcidas. Foi preciso uma longa reunião para que o Comando colocasse o que realmente andava se passando nas reuniões de negociações. Depois de saber tudo o que a comissão da Empresa omitia, o governo determinou a reabertura das negociações no dia 27, com a presença do presidente da COELCE junto com o subsecretário do comércio, obras, transporte e energia. No dia seguinte saía o acordo com as seguintes conquistas: IPC integral, 6,96% de produtividade, URP de fevereiro (quatro parcelas de 4% a partir de março), manutenção dos seis dirigentes liberados e mudança da data-base para novembro.

ainda que distintas.

Cerca de 80 membros da diretoria executiva nacional da CUT reuniram-se nos dias 28 e 29 de novembro para definir a posição da entidade no segundo turno. Havia duas propostas na mesa: engajar-se oficialmente na campanha ou não. Na noite do segundo dia a discussão chegou ao seguinte patamar: enquanto entidade pluralista, a CUT não poderia engajar-se numa campanha de caráter eleitoral, porém o momento é muito importante e as propostas são muito distintas. O projeto de governo de Fernando Collor de Mello entra em conflito com o programa da CUT, enquanto as propostas de Luís Inácio Lula da Silva vão no sentido de contemplar as reivindicações históricas da classe trabalhadora. Por isso a CUT decidiu **recomendar o voto no Lula** e orientar os seus militantes a se engajarem nos comitês de campanha eleitoral.

SEM CONSULTA

Num primeiro momento, o presidente da CGT, Antonio Rogério Magri, resolveu colocar a sua posição individual como sendo a da entidade, e quem não concordasse deveria sair da central. O fato acabou repercutindo negativamente e a CGT acabou realizando uma reunião da diretoria executiva para definir o apoio. Com apenas dois votos contra, venceu o apoio a candidatura Collor. A partir daí, Magri passou a apregoar na grande imprensa que acharia “muito natural” ser escolhido para Ministro do Trabalho do governo Collor de Mello.

BALANCETE DO MÊS DE OUTUBRO/89

INTERSINDICAL BASE ELETROSUL		
SALDO DISPONÍVEL EM 09/89 (conta 221-9).....	NCz\$	751,58
Saldo disponível em 09/89 (OVER).....	NCz\$	382.393,85
Total depositado.....	NCz\$	36.689,38
Total pago.....	NCz\$	25.225,47
Saldo 221-9 (conta corrente).....	NCz\$	42.215,49
Saldo 221-9 (OVER).....	NCz\$	527.100,23
Total geral conta 221-9.....	NCz\$	569.315,72
SINDICATO DOS ELETRICITÁRIOS DE FPOLIS		
Receitas.....	NCz\$	736.586,15
Despesas.....	NCz\$	349.943,44
Investimentos.....	NCz\$	14.104,28
Superávit do Período.....	NCz\$	372.538,43
(+) Disponível em 31-12-88.....	NCz\$	15.219,80
	NCz\$	387.758,23

DEMONSTRATIVO DO DISPONÍVEL

Caixa.....	NCz\$	305,33
CEF Cta S/Limites.....	NCz\$	3.208,12
CEF Cta Sindical.....	NCz\$	114,54
CEF Cta Poupança.....	NCz\$	306.473,50
CEF Cta Remunerada.....	NCz\$	77.656,74
TOTAL.....	NCz\$	387.758,23
CONTA ESPECÍFICA PARA CAMPANHAS DE MOBILIZAÇÕES-CELESC (0,5% MENS.)		
Recebido no mês 10/89.....	NCz\$	27.989,45
Gasto campanha de mobilização.....	NCz\$	3.283,82
Depositado conta 11674-6.....	NCz\$	28.069,76
Saldo conta 11674-6.....	NCz\$	93.009,86